

Entrevista M.L.P.

---

Revista - Preto no Branco

texto. Iria Elvira Beato

Fundação Cuidar o Futuro

---

6 Fevereiro 1985



DIÁRIO DE NOTÍCIAS		DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA	
O DIA		A CAPITAL	
O DIÁRIO		A TARDE	
O PRIMEIRO DE JANEIRO		Preto no Branco	G.2.85
JORNAL DE NOTÍCIAS			
O COMÉRCIO DO PORTO			

# PRETO no BRANCO

INTERMODA • 85  
O ACONTECIMENTO  
DA ELEGÂNCIA

MARIA DE LOURDES  
PINTASILGO

«EM PORTUGAL  
A FOME  
É VERDADEIRA»

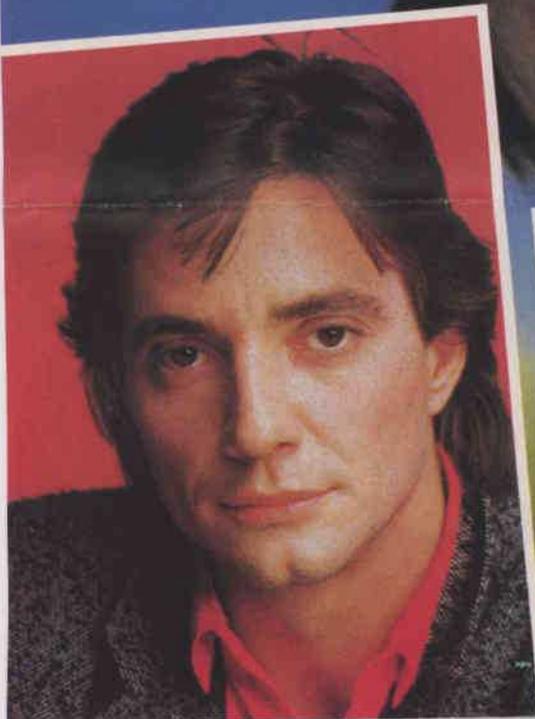
Fundação Cuidar o Futuro

HUMBERTO  
COELHO  
O REGRESSO  
PARA BREVE

MARGARETH  
THATCHER

FÁBIO JR.  
ENTRE  
NÓS  
PARA  
ENCANTAR

SER MÃE  
DE UM  
FILHO REBELDE





Personagem de vigor no xadrez político reúne as simpatias de vários quadrantes como demonstram sondagens publicadas. A engenheira químico-industrial, nascida em Abrantes, há cinquenta e cinco anos, tem um «curriculum vitae» impressionante. Foi secretário de Estado, ministro, embaixatriz, além de ter passado (no V Governo Constitucional) por São Bento, como Primeiro-Ministro. Actualmente conselheira do Presidente da pública e, tudo parece indicar, futura candidata presidencial.

Texto: Maria Elvira Bento

Fotos: Luis Salgado

# MARIA DE LURDES PINTASILGO

## A CANDIDATURA DA



Fundação Cuidar o Futuro

# RECONCILIAÇÃO NACIONAL

«P.B.» – Ao tornar pública a intenção de se candidatar às eleições presidenciais fora da área política da ex-CNARPE agitou sectores da vida política nacional. Quando no almoço dos diplomatas declarou que «se surgirem outras candidaturas independentes e credíveis», repensará se deve ou não candidatar-se. A candidatura que parecia decisiva tornou-se eventual, o que a levou a mudar de ideias?

M.L.P. – Não mudei, limitei-me a dizer o que já tinha dito,

em Outubro, a um semanário. Nessa altura a minha candidatura começava a impor-se, agora está muito mais cimentada exactamente pelo não aparecimento de outras candidaturas independentes e com credibilidade política.

«P.B.» – Não há um recuo no propósito de se candidatar?

M.L.P. – Pelo contrário, é a reafirmação de alguma coisa que foi dito desde o início. Quando faço esta afirmação faço-a com uma intenção clara que é a de tornar patente

que não estou a entrar num processo que é o de desejar esclarecer uma determinada função na vida pública portuguesa, só por isso. É pelo reconhecimento, de que não são numerosas as possibilidades na sociedade portuguesa de candidaturas independentes e com credibilidade política.

«P.B.» – **Penso que não foi por impulso que manifestou o desejo de se candidatar, pergunto: a sua candidatura não seria uma candidatura de uma certa estratégia política?**

M.L.P. – Em que sentido?

«P.B.» – **Abanar determinado marasmo político que se verifica no nosso País, sem concretizar a candidatura?**

M.L.P. – Pensar isso seria desconhecer completamente a minha actuação política até agora. Se há em mim um fio condutor ao longo de todo o comportamento político é a noção de que a política não se dirige a seres abstractos mas dirige-se a pessoas concretas. Nunca iria malbaratar a confiança que um segmento muito significativo da população depõe em mim, utilizando essa confiança para lançar, de forma que seria, no meu juízo, extremamente leviana, a hipótese de uma candidatura. Por isso, recuso essa interpretação de candidatura de estratégia.

«P.B.» – **Não foi uma decisão impulsiva e recusa a interpretação de estratégia. Foi uma decisão patriota? Como cidadão sentiu a necessidade de dar o seu contributo político?**

M.L.P. – A minha determinação em resposta às solicita-



ções que vêm de numerosos sectores, sócio-profissionais, e até ideológicos numa grande diversidade, tem várias motivações. Tem uma motivação clara e imediata que é a resposta ao desejo, à esperança que numerosas pessoas parecem ter no que poderá ser a minha candidatura, e nessa esperança julgo que não está uma mistificação da pessoa que sou; está, sobretudo, a esperança de uma outra maneira de ser e fazer a política. Enquanto cidadã sinto a necessidade e a exigência de tentar uma outra resposta aos problemas da vida nacional. Não são para mim indiferentes as situações concretas que conheço. Verifico que estamos num País em que há fome verdadeira, em que as condições de vida habitacionais são cada vez de maior degradação para a vida humana, para a dignidade das pessoas; num País em que o horizonte temporal da juventude é cada vez mais negro e mais difícil, onde nem sequer a possibilidade de garantir o pão de cada dia aparece assegurada; num País em que aqueles – e são muitos – que tem capacidade de iniciativa querem fazer alguma coisa e

## Fundação Cuidar o Futuro



DIÁRIO DE NOTÍCIAS		DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA	
O DIA		A CAPITAL	
O DIÁRIO		A TARDE	
O PRIMEIRO DE JANEIRO		Preto no Branco	6-2-85
JORNAL DE NOTÍCIAS			
O COMÉRCIO DO PORTO			

têm pela frente uma situação nublada de ausência de res-  
s de jogo; num País onde, ainda, se descortina mal qual  
a forma como se entende a nossa dignidade de Estado.

«P.B.» — **Portanto, enquanto cidadã...**

**M.L.P.** — ... E sentindo o impasse a que nos tem condu-  
zido todos os arranjos político-partidários, sinto a necessi-  
dade de uma candidatura independente que possa contri-  
buir para a reconciliação. Não que me atribua valores de  
rainha Isabel, mas porque me atribuo uma posição que  
não interfere com a vida própria dos partidos. Por outro  
lado também coloco a política e algumas das questões po-  
líticas que mais têm bloqueado a sociedade portuguesa  
numa outra perspectiva.

Há, sem dúvida, uma motivação no considerar seria-  
mente a hipótese de me candidatar e se quiser, na deter-  
minação interior que me anima a essa respeito: é que sou  
conduzida na minha vida por valores de ordem espiritual e  
moral que têm que ver com a exigência posta a mim mes-  
ma, no sentido de uma grande verdade e de uma grande  
competência na resolução dos problemas para os quais  
me sinto preparada.

#### Candidatura Independente

**M.L.P.** — A razão que psicologicamente explica melhor  
uma candidatura que sendo independente não tem à par-  
tida o apoio de partidos, embora obviamente não seja de  
excluir esse apoio noutra fase, baseia-se no facto da situa-  
ção portuguesa ser tão complexa e ao mesmo tempo tão  
rica de numerosos elementos, de haver em mim tanta con-  
fiança nos recursos humanos disponíveis no nosso País,  
que isso representa um desafio enorme.

«P.B.» — **É bom ouvir isso... há uma ideia muito gene-  
ralizada de que Portugal atravessa uma crise, também  
de valores.**

**M.L.P.** — Não concordo.

«P.B.» — **Há pouco falou no impasse e na forma como  
sente os problemas da vida nacional. Gostaria que fi-  
zesse uma leitura da actuação governamental.**

**M.L.P.** — Não desligo essa acção governamental da-  
quela que a precedeu. Considero que durante os últimos  
cinco anos houve todas as condições necessárias para  
uma verdadeira estabilidade democrática, isto é: para que  
as forças no poder pudessem, quer a nível do governo  
quer ao nível do Parlamento, tomar as decisões necessá-  
rias para a resolução de muitos dos problemas. No entan-  
to, assistimos a este fenómeno impressionante, tanto no  
caso da primeira coligação, como no caso da actual, assis-  
timos ao facto de que a dosagem interna da distribuição  
dos poderes se tem sobreposto ao interesse nacional. Isto  
não é uma acusação personalizada, é a constatação de  
que este tipo de arranjos de cúpula, num contexto de ex-  
cessiva partidarização, como é o da vida política portu-  
guesa, não garante estruturalmente as condições necessárias  
para responder aos problemas do povo português.

«P.B.» — **Quais, concretamente?**

**M.L.P.** — Estamos a viver sem um plano de desenvolvi-  
mento, facto que antes do 25 de Abril não ocorria. Dina,  
tal como, que me aparece como incompreensível o Governo  
que está no poder há mais de um ano e meio não ter apre-  
sentado, em devido tempo, o Orçamento para 1985. Orça-  
mento, de resto, que aparece com uma feitura tradicional  
e sem aquela inovação que uma coligação, com uma  
maioria tão forte no Parlamento, nos poderia dar.

Um orçamento que decorresse de um plano a médio  
prazo. Não é essa modernidade, na forma de gerir os ne-  
gócios, que encontramos aí.

Há aspectos que não podem deixar de nos colocar  
numa grande perplexidade e há muitos outros que perma-  
necem sem uma adequada decisão política e que se pode-  
rão tornar gravíssimos com a nossa integração na Comu-  
nidade Económica Europeia.

«A POLÍTICA NÃO SE DIRIGE  
A SERES ABSTRACTOS  
MAS A PESSOAS CONCRETAS»



«ESTAMOS NUM PAÍS  
ONDE HÁ FOME VERDADEIRA»

«VIVEMOS A NOSTALGIA  
DO TEMPO DE SALAZAR»

«EM 1985 VAI HAVER  
UM REORDENAMENTO  
DE TODO O XADREZ POLÍTICO»

**CALCANHAR DE AQUILES  
DOS EANISTAS?**

«P.B.» — **Voltando ao tema eleições, pergunto se se  
sente uma candidata incómoda ou o «calcanhar de  
Aquiles» dos eanistas?**

**M.L.P.** — Toda a gente que exista e se afirma é incómo-  
da. É natural que uma candidatura minha apareça como  
incómoda na medida em que vivemos aquilo que um dos  
nossos mais brilhantes homens da cultura exprimiu há  
dias num semanário: o nosso desejo de unanimismo.

Vivemos a nostalgia do tempo de Salazar; uns vivem-na  
porque a vida material está pior do que estava há uns anos  
atrás. Os salários reais entre 76 e 84 baixaram vinte por  
cento, e isso diz respeito ao tal cenário de fome que existe  
em Portugal, mas isso atinge também uma classe política  
que aparentemente quereria fazer outra coisa. Assim, há a  
nostalgia de que todos pensem da mesma maneira, que  
todos gostem das mesmas coisas, que todos aceitem as  
mesmas pessoas.

Juízo que o problema que se põe ao novo partido em for-  
mação é de ver qual é entre as possíveis candidaturas à  
Presidência da República, aquela que tem possibilidades  
de recolher, do sufrágio universal, uma resposta mais si-  
gnificativa e que assim venha reforçar, estando na mesma  
área desse novo partido, a sua própria implantação.

«P.B.» — **Amiga do general Ramalho Eanes, conse-  
lheira do Presidente da República. O que a leva a apre-  
sentar uma candidatura fora da linha do clássico parti-  
do presidencial?**

**M.L.P.** — Não acho que o general Ramalho Eanes tenha  
criado uma escola que se chamasse o eanismo. Nesse  
sentido, não vejo a existência de qualquer linha da qual me  
tivesse afastado e quero afirmar, já que teve a simpatia de  
se referir a amizade que me liga ao general Ramalho Eanes,  
que essa amizade está presente e que essa amizade  
não se quebra facilmente.

Queria esclarecer um ponto que me parece importante.  
Estes cinco anos com as duas coligações, e em particular  
com a revisão da Constituição de 82, partidariou as insti-  
tuições democráticas. Ao partidariar estes órgãos, as co-

DIARIO DE NOTÍCIAS		DIARIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA	
O DIA		A CAPITAL	
O DIÁRIO		A TARDE	
O PRIMEIRO DE JANEIRO		Preto no Branco	6-2-85
JORNAL DE NOTÍCIAS			
O COMÉRCIO DO PORTO			

ligações, e os grupos que se aliaram para a revisão, contribuíram para algo de muito mais grave que foi tentar partidarizar as nossas próprias mentalidades. A pergunta que faz é o que tem estado na boca da maior parte dos jornalistas e traduz exactamente isto: a ideia de que cabe aos partidos a designação de candidatos. Ora, segundo a Constituição, este é um dos poucos casos em que os cidadãos filiados ou não, enquanto pessoas responsáveis, conscientes, com o seu juízo político próprio, podem afirmar, sem mediações qual é a pessoa que escolhem para uma junção, que ainda por cima os representa e simboliza. A Constituição indica claramente que a eleição presidencial depende da apresentação de candidatura por um número significativo de cidadãos, sete mil e quinhentos a quinze mil.

«P.B.» – **Sabe-se que tem já vinte mil assinaturas e sabe-se também que nas sondagens continua em primeiro lugar. Como explica essa posição de líder?**

M.L.P. – Penso que o povo reconheceu no V Governo Constitucional uma preocupação de isenção, uma eficácia que nem a tentativa de desmoroamento que foi feita a seguir conseguiu suprimir e, além disso, o povo português assistiu aos debates da Assembleia da República, relativos ao programa do V Governo e deparou com alguém que sabe o que quer e que geralmente não volta atrás naquilo que diz. Portanto, há aí uma vontade de firmeza e convicção, de realizar as tarefas que julgo estão expressas nessas sondagens.

Julgo, também, que apesar de, desde a noite da reeleição do general Ramalho Eanes, em 1980, nunca mais ter tido acesso aos canais da Televisão, por forma que sei ser deliberada; apesar disso, os portugueses não me esqueceram. Neste momento desejam pessoas que não estejam envolvidas na luta quotidiana dos partidos políticos e, justamente, terão reconhecido no meu comportamento, e também numa não intervenção constante, ao nível meramente verbal, que há da minha parte uma atitude que tem muito pouco que ver com a generalização do comportamento dos partidos políticos. Daí o reforço desse parâmetro da minha possível candidatura, de uma independência em relação aos partidos políticos.

#### O NOVO PARTIDO

«P.B.» – **Gostava que me falasse na área de actuação em que vai desenvolver a sua candidatura e que referisse o conteúdo do seu projecto político.**

M.L.P. – Julgo que é ainda cedo para lhe responder à segunda pergunta. Considero-me em pleno processo e seria prematuro defini-lo desde já, mas há concerteza «à priori» uma linha de actuação enquanto candidatura independente.

«P.B.» – **Quer falar dessa linha?**

M.L.P. – Neste momento de crise muito profunda no nosso País, que não é já o resultado da crise internacional mas é, também, a crise interna, julgo que há necessidade de conjugar, para além de todas as fronteiras ideológicas e de grupos formados de modo estanque: esforços, ideias e boas vontades.

Outro aspecto que considero extremamente importante é que em 85, com as eleições presidenciais, e com o aparecimento de uma nova força partidária, vai haver um reordenamento de todo o xadrez político.

«P.B.» – **Refere-se ao partido presidencial...**

M.L.P. – Sim, penso que a conjugação destes factores vai levar a equacionar o equilíbrio dos poderes institucionais, não através da mudança da Constituição, mas num sentido de uma prática de trabalho e de distribuição diferente dos poderes institucionais.

«P.B.» – **Aposta forte na regionalização, por outro lado sabe-se que muito da sua força está no Norte. Há algum paralelo?**

M.L.P. – No breve período que durou o V Governo mos-

trei que não entendo a governação com o privilégio de uma classe política conquistada em Lisboa ou pior do que isto com excessivas viagens ao estrangeiro, durante o tempo da governação. Não vejo a política só a partir de um trabalho de gabinete, embora considere que é indispensável para realizar bem uma tarefa política o conhecimento exaustivo das matérias técnicas.

«P.B.» – **Sustenta-se que ao candidatar-se garantirá votos da esquerda mas não da direita. O que pensa desta ideia?**

M.L.P. – Não tenho suficientes elementos e tenho muito pouco jeito para fazer futurologia, mas o que verifico até agora é que as pessoas que aparecem a apoiar-me não são exclusivamente o que chamamos a área da esquerda. Tenho encontrado pessoas que embora votando tradicionalmente nos partidos que se convencionou chamar de direita, perante a hipótese da minha candidatura, me têm afirmado, com toda a clareza, que essa será a sua candidatura.

«P.B.» – **Ao serem reduzidos os poderes presidenciais, não acha que qualquer Presidente se sentirá mantido?**

M.L.P. – Os poderes estão obviamente reduzidos e o Presidente da República tem sido muito claro ao denunciar as consequências gravíssimas dessa redução na medida em que representa uma incoerência.

«P.B.» – **Defende um regime presidencial?**

M.L.P. – Julgo que para um País em desenvolvimento o esquema parlamentarista exclusivo põe de lado as finalidades do desenvolvimento e compromete-o. Por isso, parece-me que o equilíbrio existente antes da revisão de 82 (na Constituição de 76) entre uma forma parlamentar correcta, que comporta poderes presidenciais de intervenção fortes – o que se chamou, então, o semi-presidencialismo – é, sem dúvida, a forma ideal para um País em desenvolvimento como o nosso.

«P.B.» – **O dr. Menezes Alves ao apresentar a candidatura disse que a eleição da eng.<sup>a</sup> Lourdes Pintasilgo representaria a ameaça de uma ditadura de direita. Quer comentar?**

M.L.P. – Não me costumo pronunciar sobre os outros intervenientes da cena política mas obviamente que é impensável um golpe de Estado uma vez que o general Ramalho Eanes não desaparece da cena política e mantém-se com todo o prestígio na instituição militar. Penso que o seu trabalho realizado nas Forças Armadas é tal que podemos ter inteira confiança de que estas estão prontas a servir o estado democrático e nunca a perturbar o funcionamento regular das suas instituições.

